

gerais, obviamente, afetam não só as possibilidades de realizar tais atividades, como também influem: a) no sentido de colocar novos desafios (problemas e temas de discussão) e b) possibilitar a diversificação de espaços e propostas, convergindo para as diferentes posições político-ideológicas. Nos períodos de maior repressão, as tendências classistas tendem a ser reprimidas, ao passo que a partir de 1978, quando o regime político brasileiro evolui na direção de uma "democracia tutelada", há a possibilidade de que as principais tendências e grupos de esquerda se expressem e se rearticulem (oficiosamente). Contudo, também se criam possibilidades para que se reativem, como no período pré-1964,

as iniciativas de capacitação agenciadas pelo Estado e pelas classes dominantes, no sentido de exercer o controle político-ideológico sobre as classes trabalhadoras.

v) as propostas e as práticas de capacitação não são neutras, nem apolíticas. Refletem através de seus objetivos, conteúdo e metodologia, as intenções político-ideológicas dos seus agentes promotores. Fazem parte dos projetos e das estratégias políticas de atuação dos diferentes grupos, correntes e partidos que disputam a hegemonia, no interior do movimento operário-sindical. Essa disputa é, em última instância, a expressão da luta político-ideológica global, que se dá intra e inter-classes, ao nível da sociedade em seu conjunto.

EDUCAÇÃO SINDICAL NO BRASIL: RESUMO DE UM SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO

Durante os dias 3 e 4 de dezembro de 1982, realizou-se no Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES) um seminário sobre Educação Sindical no Brasil.

Para que o leitor tenha um quadro de como está sendo entendida a questão da Educação Sindical hoje, e as dificuldades de implantação de programas desta natureza no momento, reproduzimos um resumo do seminário, extraído da gravação dos depoimentos e debates.

A. Observações Gerais

Como constatação de ordem geral, deve-se assinalar que o Brasil mal iniciou a implantação de programas de Educação Sindical. A própria realização do seminário, como já mencionado, resultou da enorme dificuldade em coletar material escrito sobre o assunto, simplesmente devido à sua escassez.

Em 1980/81, o DIEESE realizou um levantamento sobre atividades de Educação Sindical e elaborou um relatório com base nos questionários preenchidos, onde se confirma a precariedade da Educação Sindical no país.

O CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação sequer possui o título "Educação Sindical" como entrada em seus arquivos, o que é ilustrativo do fato de que ela ainda não constitui, entre nós, um

campo próprio e definido. O Centro, ligado à atuação das Igrejas Católica e Protestante junto aos movimentos populares, existe há 12 anos. Até hoje recebeu apenas dois pedidos de informações sobre Educação Sindical. E não pôde atendê-los, obviamente, pelo motivo citado. Para o CEDI, como aliás é comum no Brasil, Educação Sindical é confundida com educação popular ou educação de adultos.

Em segundo lugar, assinala-se que grande parte das atividades educacionais que se realizam em sindicatos, resultam de iniciativas tomadas por entidades extra-sindicais — governo, igrejas, partidos e correntes políticas — normalmente com propósitos conscientizadores. Em que pese a importância dessas iniciativas como contribuição à politização e maior nível de participação dos trabalhadores, já vimos que essas formas de educação não devem ser confundidas com Educação Sindical.

B. Alguns Antecedentes

Vejamos brevemente alguns aspectos daqueles movimentos de educação popular pois eles compõem, para bem ou para mal, os antecedentes do quadro atual da Educação Sindical no Brasil.

Tais movimentos serão estimulados no pós-guerra pelo próprio Estado e vão ganhar intensidade na década

de 50. São exemplos marcantes de iniciativa estatal nessa área, a implantação da Extensão Rural, as campanhas do MEC, de alfabetização, de educação rural, assim como as campanhas de saúde.

Na segunda metade da década de 50, num clima de democracia e desenvolvimentismo, quando o populismo vai ter de enfrentar maiores reivindicações trabalhistas, irão crescer em importância outros agentes no campo da educação popular. Alguns governos estaduais, igreja e partidos políticos irão ocupar os espaços nessa área. Ganhará força a concepção de que a educação popular deve girar em torno de problemas concretos e de que não deve escamotear seu conteúdo político, seja qual for a orientação.

A Igreja emerge, na época, como principal agente do Estado na disputa com partidos políticos no campo da educação popular. A CNBB cria o Movimento de Educação de Base, que terá ramificações nos sindicatos, com especial vigor na sindicalização rural no Nordeste, visando competir com as Ligas Camponesas. Intensificam-se as projeções ideológicas, ficando em plano secundário a capacitação de quadros sindicais, principalmente no sentido de ganharem autonomia na condução de seus próprios programas educativos.

Em síntese, o interregno democrático, do pós-guerra a 1964, foi rico em experiências educativas voltadas para as organizações populares, inclusive para a ação sindical. No entanto, a longa tradição de tutela ainda prevaleceu, mesmo quando essa não fosse a intenção dos agentes que atuavam no meio sindical. Não se pode descartar a hipótese de que a atuação das entidades que disputavam entre si a hegemonia no meio sindical exerceu um papel inibidor de sua autonomia.

Será a partir de meados da década passada, principalmente depois das greves de 78 e 79, que irá crescer a preocupação sindical com a formação sistemática de seus quadros. O III Congresso de Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em 1978, irá incluir entre suas resoluções a promoção de "cursos permanentes de capacitação sindical, visando a preparação dos quadros necessários à formação das comissões de empresas". Outros exemplos irão se seguir, como veremos adiante. No entanto, apesar dos avanços, a Educação Sindical ainda não constitui, hoje, uma atividade prioritária para uma parcela significativa do movimento sindical brasileiro.

C. Conseqüências do Atraso em Programas de Educação Sindical

a) A deficiência reflete-se nas próprias direções sindicais. Embora estejam cada vez mais preparadas para disputar eleições, ou seja, buscar representatividade, legitimar-se pelo voto, de modo geral enfrentam dificuldades no exercício dos cargos. A fim de conduzir com eficácia uma estratégia, uma negociação com o patronato, exige-se mais que representatividade, intuição e combatividade.

A falta de capacitação para o exercício dos cargos de direção pode conduzir a fracassos desnecessários assim como à delegação de responsabilidades indevidas a assessores ou à burocracia sindical.

b) A falta de informação ainda é grande entre as lideranças, seja ao nível de política econômica, seja ao nível dos direitos trabalhistas ou mesmo da estrutura sindical. A experiência mostra que muitos diretores desconhecem até os estatutos do próprio sindicato.

Nas bases, a desinformação também é grave. Os trabalhadores desconhecem como são eleitos os diretores de federações e confederações, o que é um importante fator de perpetuação de quadros dirigentes.

c) Na maioria dos casos, a burocracia sindical é despreparada, criando dificuldades de toda ordem, como por exemplo, para fazer a contabilidade, redigir atas, abordar a máquina do Ministério do Trabalho etc. .

d) A própria organização sindical, para que evolua, pressupõe uma preparação de quadros capazes de apoiá-la. É o caso, por exemplo, das comissões de empresa, reivindicação que vai ganhando força nos últimos anos. Para que tais comissões não se desagreguem, impõe-se a existência de quadros intermediários em condições de reproduzirem a política sindical nos locais de trabalho.

e) A ausência de atividades permanentes de Educação Sindical compromete o nível de participação das bases, impedindo dessa forma que avance a democracia sindical.

f) Finalmente, o vazio do nosso sindicalismo em matéria de formação de quadros, reforça a atuação das entidades de fora do movimento que buscam preenchê-lo. Assim, muitos ativistas são formados por partidos políticos, entidades religiosas, organizações estrangeiras,



o que contribui para a falta de independência sindical, tanto nesse setor como em outros.

D. Explicações para o Atraso

Ao longo do seminário foram apontadas as seguintes razões como principais causas do atraso do sindicalismo em matéria de Educação Sindical.

a) A prática costuma privilegiar a ação sindical em detrimento da organização e da formação. Essa prática está muito atrelada a mobilizações periódicas. A categoria é convocada em certas ocasiões, como campanhas salariais, assembléias ou eleições sindicais.

No que se refere à Educação Sindical, racionaliza-se tal procedimento sob a alegação de que a ação é a melhor forma de educação sindical. Participar em greves, assembléias e nas tarefas que envolvem a mobilização, seria o fundamental para a formação do sindicalista.

Embora tudo isso seja importante, não substitui programas permanentes de Educação Sindical. E nos períodos de refluxo, quando não há eventos que levam à convocação, a desmobilização é acentuada.

b) As direções sem representatividade não teriam interesse em promover a Educação Sindical. A fim de se manterem no poder, boicotam ao máximo a difusão de informações, inclusive as mais elementares, como a obrigatoriedade das eleições.

c) A imensa maioria dos sindicatos não tem condições financeiras e materiais para estabelecer programas de Educação Sindical. Estes supõem uma estrutura

mínima e um núcleo de pessoas especialmente voltadas para o assunto. Problema da mesma natureza é o financiamento dos alunos em cursos maiores ou em lugares distantes.

Com relação a essas questões, destacou-se a importância que têm, para a Educação Sindical, as federações e confederações, bem como as iniciativas inter-sindicais. Lembrou-se que a inter-sindical do Rio de Janeiro está iniciando a criação de um centro de formação e que à futura CUT caberá um importante papel nesse setor; os participantes comprometeram-se a encaminhar sugestões ao CONCLAT nesse sentido, em agosto desse ano.

d) Deu-se muita ênfase às divergências internas do movimento sindical. Como a Educação Sindical transmite uma visão de mundo, as várias tendências que atuam no meio sindical constituem um entrave para o desenvolvimento dessa atividade. Seria difícil estabelecer um conteúdo curricular aceito por várias tendências.

A julgar pelo que anotamos em relação a outros países, a importância dada a essa questão parece exagerada. Países com divisões tão ou mais cristalizadas que as nossas superaram de várias formas esse problema.

e) Responsabilizou-se também o clima político repressivo que marcou a vida nacional depois de 64. Foi lembrado que o nível de sindicalização ainda é baixo e que persiste o medo de sindicalizar-se na medida em que isso pode implicar até em perda de emprego. Nesse quadro seria difícil implantar programas de Educação Sindical. Em síntese, seu atraso seria um reflexo do atraso do próprio movimento sindical brasileiro.